

Processo de Urbanização e Ação Pastoral

Anotações sobre a tese de Rolf Schünemann, *Em Busca de Dinmicidade : a Presença Pastoral da Igreja Evangélica de Confissão Luterana nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo entre 1960 e 1970*. (Tese [Doutorado em Teologia] — Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1997).

Oneide Bobsin

1. Relevância do Tema

O objeto de estudo da tese *Em Busca de Dinamicidade...* levanta questões extremamente relevantes para as igrejas tradicionais que planejam uma ação pastoral em cidades/metrópoles fortemente influenciadas pelos avanços tecnológicos, pela crescente marginalização e pelo avanço do pluralismo religioso.

Tendo como pano de fundo uma análise sociológica do processo de urbanização, o autor vai ao encontro de uma avaliação crítica e esperançosa da atuação da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo no período de 1960 a 1990. Situando-se muito bem no tempo e no espaço, Schünemann detém-se na análise acurada da ação eclesial. Para tanto, faz uso de atas de presbitérios, documentos da IECLB, decisões de colégios pastorais, planos de ação, projetos de ação, relatórios de pastoras e pastores para os exames de habilitação, entrevistas, etc., mostrando a validade destes documentos para a compreensão da atuação da Igreja local e seus limites. Após, dá seguimento a seu trabalho tirando as consequências da teoria sociológica e do estudo de caso e fazendo da cidade/metrópole o objeto de uma teologia em busca de pistas pastorais e ecumênicas.

Antes de analisar as escolas e teóricos que tornaram o processo de urbanização objeto da análise sociológica, o autor se preocupa em definir o seu próprio lugar social, bem como o dos teóricos que lhe servem de suporte analítico. Para isso, faz uma breve mas profunda menção da sociologia do conhecimento do pensador alemão Karl Mannheim. A contribuição deste teórico romântico reside na compreensão de que toda e qualquer teoria carrega as marcas do contexto onde se desenvolveu. Schünemann aplica esse mesmo pressuposto a si e às correntes sociológicas das quais brotam as categorias de análise do fenômeno urbano. Exemplo disso é a própria dedicatória à esposa e aos filhos urbanos/metropolitanos que “converteram” um gaúcho, filho do interior e da “raça” — teuto-brasileiro

— a apaixonar-se pelo Rio de Janeiro e por São Paulo, cidades onde estagiou, exerceu e exerce o pastorado e onde fez mestrado e doutorado. Em outros momentos da tese, Schünemann não deixa de considerar o fato de que parte do clero de nossa Igreja tem raízes rurais, o que pode ter alimentado certa ojeriza ao contexto urbano e atrasado uma análise teológica que pudesse tomar o urbano como objeto de estudo em razão da ação eclesial.

Da mesma forma, o autor não deixa passar despercebido que teorias ou escolas específicas levam as marcas de seu contexto. Levar isso em consideração torna-se fundamental para entender por meio da teoria as conclusões deste ou daquele teórico. Somos seres situados, extremamente determinados. Nossas teorias e opções acadêmicas trazem, embutidas em si, dados biográficos e condicionamentos do contexto em que teorizamos. Não há como fugir disso. O jeito é ter consciência de nossos condicionamentos e dos condicionamentos da teoria que adotamos.

Ciente dos condicionamentos pessoais e teóricos, Schünemann vai em busca de chaves interpretativas para o fenômeno urbano e se depara com uma crise de paradigmas no campo sociológico. Assim, ao buscar nas ciências sociais as chaves para a elucidação do fenômeno urbano, ele se confronta com a problemática relativa à profusão de paradigmas. Na busca da solução, encontra novos problemas. As profundas mudanças na sociedade fizeram caducar certos modelos de interpretação. E não poderia ser diferente, já que as teorias estão condicionadas pelo contexto. Estes, ao se transformarem, requerem novas chaves interpretativas. Schünemann vai em busca delas, e não desiste da sociologia porque ela é a disciplina que nasceu da crise para pensar a crise. Na verdade, a sociologia é a crise pensando-se a si mesma.

Neste horizonte, ele logo se depara com uma equação cujo resultado pode ser pouco elucidativo. Em razão disso, a tese questiona, de início, a confusão do fenômeno com o espaço geográfico, afirmando a necessidade de transpor a referida equação. Em outras palavras, o fenômeno urbano transcende os limites geográficos. Há uma tendência em direção à globalização do urbano. O urbano se faz presente, sob certas formas, nos mais distantes rincões agrários, passando, assim, por um processo de desterritorialização — expressão que aparece na tese em outro contexto e com outro sentido.

2. Em Busca de Cientificidade

A história da abordagem sociológica do fenômeno urbano nos remete aos anos 20 nos Estados Unidos, mais especificamente à região de Chicago, que havia se tornado um pólo de produção, distribuição e controle de mercadorias. No lastro desse processo de emergência da burguesia desenvolvem-se fenômenos que nos são bem conhecidos: subabitação, delinqüência, marginalidade, choque cultural e problemas de planificação (p. 16).

Intelectuais acadêmicos dos Estados Unidos da época em foco se debruçam sobre tais fenômenos no sentido de conhecer para controlar, deste modo domesticando a teoria na perspectiva das elites que temiam conflitos fora de seu alcance. O fenômeno urbano torna-se objeto de pesquisa a partir de impulsos teóricos de origem européia. Teóricos como Max Weber e Georg Simmel influenciaram as pesquisas de Robert E. Park e Louis Wirth, expoentes da Escola de Chicago. Assim, a cidade foi se tornando objeto de estudos acadêmicos. Nisso reside o mérito desta escola, cujo equívoco pode ser sintetizado na tese de que a cidade é uma variável independente. Em outros termos, a Escola de Chicago, não obstante a sua contribuição, analisou a cidade como se ela fosse uma totalidade isolada da enorme teia de relações e forças sociais (p. 20).

Sob a influência de conceitos importados dos Estados Unidos, a análise do fenômeno urbano inicialmente ganha terreno entre teóricos franceses. Num segundo momento, porém, ela perde em relevância a partir de questionamentos advindos de correntes de pensamento “marginais” e de outras correntes de destaque sob orientação marxista. Nesta perspectiva sobressaem-se as análises de Manuel Castells, crítico da Escola de Chicago. Com sua crítica, este autor esboça um “modelo” teórico que se fundamenta nos pressupostos do marxismo lido numa determinada perspectiva, incorporando o espaço da reprodução material da vida no embate dos movimentos sociais em relação recíproca. Em outras palavras, as reivindicações se deslocam da fábrica para os bairros onde vivem as famílias dos trabalhadores. Os movimentos sociais urbanos reivindicam salários indiretos.

Na busca de chaves interpretativas, Schünemann aborda outros teóricos (p. 24-31) que analisam o fenômeno urbano em proximidade com o marxismo — como Jean Lojkin —, e outros mais que trilham caminhos independentes. Segue sua busca com teóricos latino-americanos, destacando que o processo de urbanização na América Latina é simultaneamente semelhante e distinto daqueles que ocorreram nos Estados Unidos e na Europa.

A teoria da dependência é utilizada por alguns como referência de análise para teóricos que tematizam o surgimento de centros urbanos na perspectiva do desenvolvimento do subdesenvolvimento. Em consequência, o fenômeno da urbanização na América Latina está intrinsecamente relacionado ao “processo global de relações sociais, econômicas e políticas que ocorrem no interior da sociedade como um todo”, segundo Aníbal Quijano (p. 33). Na mesma perspectiva, porém com ênfases distintas, são mencionados outros intelectuais como Florestan Fernandes e Octávio Ianni, sendo que este último relaciona a temática em foco com a globalização. Também economistas como Francisco de Oliveira e Paul Singer são abordados brevemente na busca de chaves interpretativas do fenômeno urbano.

Todavia, a contribuição inovadora na discussão a respeito das chaves interpretativas que abrirão o urbano vem do geógrafo Milton Santos, um negro que leciona na Universidade de São Paulo (USP). Schünemann faz uma leitura extensa da obra deste intelectual de renome internacional a fim de destacar a valorização

do espaço como lugar onde a história se desenvolve. Segundo Milton Santos, esses espaços no Terceiro Mundo “se organizam e reorganizam em função de interesses distantes e em escala mundial” (p. 42).

Com a instantaneidade da informação facilitada pela ciência e técnica, o espaço é vencido pelo tempo. Fala-se em tempo zero. Para que o leitor possa entender melhor esta discussão a respeito da superação do tempo (história) pelo espaço, eu diria, em tom de brincadeira, que as possibilidades de comunicação assemelham-se ao atributo divino da onipresença. Por conseguinte, a informatização, a tecnicização e a cientificização do território todo incidem sobre o mundo material e cultural. Nada escapa a essa onipresença do urbano em tempos de tempo zero. Na mesma linha de raciocínio, Santos percebe que a esfera da técnica interage com a esfera do psíquico. Em nossas palavras mais comuns, poderíamos dizer que o espiritual (cultural) e o material se fundem. Ambos “formam uma só carne”. Exemplificando, não compramos mais produtos, mas signos e símbolos. O automóvel torna-se um símbolo. Perde-se o valor de uso. A Coca-Cola e o *cheeseburger* transubstanciam-se para promover a comunhão de todos os consumidores na cidade global. É bem verdade que esta última frase não está na tese. Ela corre por conta de nossa tentativa de explicar a análise que Schünemann faz de Milton Santos.

No entanto, a grande ceia da cidade global sofre ameaças porque existem “guetos” e “cidadelas” a partir da agudização dos problemas sociais, também globalizados. Os desempregados, p. ex., revelam que a cidade global não é tão global assim. Contudo, Schünemann assume, de forma bastante correta, uma atitude muito ponderada sobre o tema da globalização pelo fato de ele representar um paradigma controvertido nas ciências sociais.

3. Metropolização Brasileira

Tendo como pano de fundo a análise acurada do fenômeno urbano no horizonte das ciências sociais, cuja profusão de paradigmas exige uma capacidade exegética e artística para a “feitura” de chaves capazes de abrirem o miolo do processo de urbanização, Schünemann parte para o estudo da metropolização do sudeste brasileiro. Com este capítulo analítico a tese procura caracterizar o processo de metropolização do Rio de Janeiro e de São Paulo a fim de auscultar as mudanças macroestruturais e suas influências sócio-culturais. Acumulação de capital, depauperamento do povo, migração, violência, verticalização e horizontalização são, entre outros, os temas abordados com muita fluência e coerência. Schünemann também faz referências a questões ecológicas que se relacionam com a qualidade de vida. Os setores médios e a classe alta, p. ex., fogem para sítios, praias e outros lugares aprazíveis nos feriados e fins de semana, ao passo que a

massa da população precisa suportar o mesmo ar da cidade e procurar espaços para se recompor do tédio do trabalho ou do sofrimento do desemprego.

Com uma análise extremamente perspicaz do processo de metropolização, a tese faz cair a máscara do tão apregoado “caos” urbano. A olho nu nem sempre é possível perceber as teias de relações e interesses que amarram o edifício que aparenta desordem e confusão. O discurso do “caos” encobre uma ordem. Há uma ideologia, enquanto falsa consciência, que obnubila a ordem subjacente; ela é ditada por interesses econômicos e políticos que escoram uma cultura fragmentada (p. 111). Todavia, a tese não fica na mera constatação dos mecanismos de mascaramento. Ela indica perspectivas concretas para alterar o estado de coisas:

A transformação da cidade mercadoria/valor de troca em cidade espaço vital/valor de uso pressupõe o incremento de uma mudança cultural que contemple uma mentalidade em que estes valores estejam presentes. O usufruto do espaço, na perspectiva anteriormente aventada, implica na recuperação do exercício da cidadania. Os moradores e usufruidores da cidade, ao assumirem compromissos para com o espaço de vida, transformam um Estado provedor (clientelista e paternalista) num Estado mediador de interesses. Um Estado que gerencia demandas dos cidadãos e possibilita a sua participação na gestão da vida das metrópoles. (P. 112.)

Contra esta perspectiva, no entanto, o mundo do trabalho e das crenças, mediados pela própria metrópole, inibem os ímpetus renovadores que fariam dos indivíduos os portadores da ação redentora. Por isso, conforme as palavras de Milton Santos com as quais o capítulo é concluído, “a metrópole modernizada, involuída e segmentada não explode” (p. 113).

4. A IECLB e o Processo de Urbanização

No capítulo 3 Schünemann aborda a dinâmica da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Rio de Janeiro e em São Paulo de uma forma extremamente criativa. Ele capta o movimento da Igreja local a partir dos atores eclesiais e eclesiais. Enfoca a identidade étnica; confronta a dinâmica da Igreja local com a nacional; destaca a abertura para os problemas sociais a partir da prática diacônica; e vislumbra perspectivas. Pela leitura deste capítulo podem-se sentir o movimento, as contradições e os reveses de uma Igreja que busca um lugar em metrópoles a partir de um passado forjado e marcado por “estrangeiros heréticos”. Além disso, o capítulo 3 pode ser considerado um exemplo de análise do dinamismo da Igreja. É um capítulo inspirador para quem quer teologizar a práxis de uma Igreja dada.

Pode-se deduzir que muitos outros aspectos são analisados neste capítulo da tese de doutorado em teologia sistemático-pastoral, conforme classificação do programa de pós-graduação em teologia da PUC-RJ. Na impossibilidade de abordar todos de forma tangencial, e ciente da arbitrariedade da escolha, destaco a

proposta de planejamento da União Paroquial de São Paulo, denominada “Igreja em Mudança — Plano de Desenvolvimento da Comunidade Evangélica de São Paulo” (Apresentação de Metas para os Próximos 10 Anos; veja Anexo II, p. 294-306). Trata-se de um planejamento participativo, fruto dos esforços de várias equipes de trabalho que analisaram as comunidades/paróquias a partir de vários aspectos, buscando racionalizar energias rumo a uma ação pastoral que respondesse a desafios colocados pela urbanização numa época em que a identidade étnica deixava de ser fator de aglutinação da vida comunitária.

O documento “Igreja em Mudança” parte de uma análise do perfil da comunidade rumo ao planejamento da ação da Igreja local. Essa mesma Igreja é entendida como “corpo” no desempenho da missão de Deus num contexto de urbanização descentralizada e verticalizada. Citam-se alguns tópicos do referido documento: princípios de nosso trabalho comunitário, o trabalho missionário de nossa Igreja, o crescimento de membros de nossa Igreja, transformação de membros em colaboradores, necessidade de pastores (perfil étnico), necessidades de infra-estrutura, correlação do plano a ser desenvolvido no modelo diaconia e trabalho social, etc. (p. 144-46). Por alguns tópicos pode-se ter uma noção da análise e do planejamento que nortearam a Igreja Evangélica de Confissão Luterana de São Paulo entre 1970 e 1980.

Também em âmbito regional (Região Eclesiástica I) são tomadas iniciativas em direção a uma “pastoral cidade”. Com impulsos do pastor regional Albérico Baeske (1978) desenvolveram-se nos anos subseqüentes conferências cujos temas indicam uma busca de identificação da Igreja com a cidade grande. A relação dos temas das conferências anuais (p. 153) indica mais uma preocupação com temas propostos pela modernidade do que uma reflexão sobre as explicações das rápidas mudanças causadas pelo processo de urbanização. Todavia, a cidade foi colocada como objeto da reflexão em âmbito regional.

Os estudos e reflexões em âmbito local, regional e nacional sobre a atuação da Igreja nos centros urbanos tinham suas tênues raízes na preocupação com os membros dispersos. A pergunta fundamental era como encontrá-los e integrá-los às dinâmicas das práticas pastorais que se reproduziam nas paróquias tradicionais. Toda essa discussão estava situada sob o guarda-chuva da missão suburbana. Schünemann analisa com detalhes como esta proposta foi tomando corpo no Rio de Janeiro e em São Paulo a partir da abordagem de casos locais. Destaca também a missão suburbana enquanto dinâmica descentralizadora que ainda não considerava os problemas sociais e religiosos do contexto onde se encontravam os luteranos dispersos. Seu questionamento reside no fato de que se apostou num modelo de missão que “contemplava a tradição luterana como pressuposto básico de sua atuação” (p. 165).

O aprofundamento da crise social brasileira e a continuidade da reflexão no lastro da missão suburbana motivam pastores e lideranças para iniciativas de caráter social e diaconal. Tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo são criados

vários centros sociais (p. 167-94). Embora considerando-os de fundamental importância para a abertura de uma Igreja centrada na reprodução étnico-religiosa nos limites da paróquia tradicional, a análise de Schünenmann não deixa de levantar questionamentos que brotaram por causa da influência da teologia da libertação no meio eclesial luterano. Nesta perspectiva, a tese considera os diversos momentos em que foram criados os centros e as demandas a que cada um procurou responder. Sem cair numa orientação linear, a tese destaca as mudanças de focos entre os centros e realça como a verdadeira invasão das discussões em nível nacional sobre os problemas sociais reorienta a ação social e diaconal. Por trás dessas mudanças percebe-se uma compreensão das contradições sociais como algo não-patológico. Em outras palavras, os problemas sociais não podem ser resolvidos com assistência local, mesmo que esta seja muito importante para o desenvolvimento da solidariedade e como recurso pedagógico para sensibilizar o público de classe média fortemente presente em nossas paróquias urbanas.

A conclusão do capítulo levanta perguntas que servem de elo com a reflexão bíblico-teológica e pastoral do capítulo seguinte e final:

Os desafios e as grandes bandeiras pastorais dos anos sessenta a oitenta giraram em torno da afirmação institucional no contexto religioso brasileiro. A Igreja procurou responder ao desafio da realidade social e política. Ela perseguiu o resgate da credibilidade do cristianismo, acossado pelas correntes da contra-cultura e do socialismo. Para responder a esta demanda (que nem sempre era a demanda de seus membros) gastou muita energia. Toda uma geração foi sacrificada para encarar o desafio religioso em termos de capacitação das pessoas a darem razão da sua fé e da esperança. Haverá condições para queimar etapas? Será que a Igreja foi vencida pela modernidade e pós-modernidade? Que elementos bíblico-teológicos poderiam ser levados em consideração para uma atuação no contexto metropolitano? Esta será a preocupação no capítulo que segue. (P. 196.)

5. Questões Bíblico-Teológico-Pastorais

O último capítulo da tese de Rolf Schünenmann inicia com uma avaliação do lugar do objeto de estudo — urbanização e ação eclesial — na teologia. Entre as causas da marginalização deste objeto na teologia — pode-se falar em não-lugar — destacam-se a origem rural da maioria do clero e dos teólogos; a vivência da maioria destes em instituições e estruturas forjadas em épocas em que a urbanização exercia pouca influência; e a perspectiva teológica que olhava mais para o Éden do que para a Nova Jerusalém. Portanto, com esta breve análise crítica, a tese deixa de anatemizar o urbano e parte para o diálogo com ele e com os atores que interagem neste meio.

A pergunta pelo que é bíblicamente relevante para uma teologia da cidade remete o leitor ao tema da descontinuidade entre “a cidade bíblica e a cidade moderna”. De início, levanta questões a respeito de análises bíblicas que ignoram

a história. O método da “biscateação hermenêutica” sofre de um fundamentalismo que explicita uma coincidência entre as cidades referidas na Bíblia e aquelas em que vivemos.

Em lugar da biscateação hermenêutica, o autor propõe uma análise baseada no *modelo de correspondência das relações*, conforme a obra *Teologia e Prática*, de Clodovis Boff. Com este modelo foge-se de receitas prontas válidas para qualquer contexto. Ao contrário, a Bíblia oferece critérios, princípios e inspirações que “possibilitam o julgamento de situações novas e imprevistas” (p. 203). De fato, nós nos enquadramos nestas situações. Nossas cidades são diferentes das cidades mencionadas na Bíblia. Por esta razão a volta a Clodovis Boff: “As Escrituras não apontam para um WAS (o que), mas para um WIE (como)...” (p. 203).

Com esse pressuposto a tese vai mostrando as dificuldades de fazer analogias entre as cidades de diversos tempos e espaços. Há, p. ex., uma grande diferença entre o lugar da religião nas cidades antigas e no mundo contemporâneo. Nas cidades antigas, o religioso perpassava todas as dimensões da realidade, ao passo que em nossas cidades a centralidade do indivíduo e do pluralismo fazem com que a religião ocupe outro lugar: o religioso está presente, mas sem a função de elemento articulador do social.

Após essas considerações hermenêuticas, Schünemann passa para a reflexão bíblica. Ele exemplifica sua reflexão sobre o Antigo Testamento tomando a crítica profética contra a absolutização da cidade. No contexto desta discussão a mensagem antiidolátrica toma corpo. Mesmo assim, a palavra profética não se resume a um anúncio condenatório. Há sinais de esperança motivados, p. ex., pelo perdão a Jerusalém.

Na continuidade da reflexão bíblica a tese levanta perguntas importantes: “Estiveram as cidades no centro do foco do ministério de Jesus? Como elas entram nos relatos dos Evangelhos?” (p. 208). Na resposta a estas perguntas, Schünemann não perde de vista o princípio hermenêutico segundo o qual o contexto da época difere em muito daquele de nosso próprio tempo. Lembra-nos de que no tempo de Jesus reinava a teocracia; o centro de poder político e religioso estava numa Jerusalém submetida ao poder do Império Romano. Logo, qualquer questionamento ao legalismo judaico implicava um conflito político. E, à medida que Jesus deixa o interior e as periferias urbanas, aproximando-se do centro urbano onde está o poder, o conflito se exaspera. Contudo, a misericórdia de Jesus para com Jerusalém manifesta-se em seu choro ao chegar perto dela. Sua postura se manifesta também no desejo de reunir os filhinhos como uma galinha ajunta seus pintinhos sob suas asas (Mt 23.37s.). E Schünemann conclui: “Ao propugnar um novo estilo de poder, ao defender a justiça e o direito para os marginalizados, ao sinalizar para uma nova relação entre as pessoas na vivência do amor-serviço, ao colocar a fé em Deus no centro da vida, ele está apontando para uma nova sociedade/cidade.” (P. 210.)

A abordagem prossegue no caminho da história do cristianismo dos primeiros séculos. A passagem do evangelho da Palestina para as cidades onde Paulo atuou

exige uma nova articulação teológica. Temos aí outros tempos, outros espaços, outro povo, outras culturas, etc. Eles exigem uma reinterpretação do evangelho de Jesus Cristo. Assim, em um novo contexto a chave antropológica paulina ganha destaque, pois é necessário transpor os abismos entre as culturas judaica e grega.

A adoção de uma chave antropológica para a interpretação da mensagem do evangelho não implica o abandono da abordagem sócio-política. A superação das diferenças em Cristo (Gl 3.28) e a celebração da Santa Ceia entre ricos e pobres (1 Co 11) confirmam que a chave antropológica não rompe com a hermenêutica do êxodo e com a tradição profética. Vamos, pois, ao texto do autor:

Assim, o tema cidade recebe iluminação indireta, já que a chave antropológica torna-se política por causa de seu dinamismo interno e por fidelidade ao Jesus dos Evangelhos. Na medida em que a mensagem de Paulo atinge o âmago da existência humana, ela irradia num amplo espectro de raios dentre os quais o social e o político estão presentes. (P. 212.)

Schünemann prossegue dizendo que no Apocalipse é apresentada “uma visão de cidade de caráter explicitamente positivo e esperançoso” (p. 214), pois a tradição profética é traduzida para um contexto de perseguição aos cristãos promovida pelo centro de poder que estava na cidade de Roma. Roma é a Babilônia idolátrica contra a qual os cristãos lutam ao confessarem Jesus Cristo como Senhor. Ao não dobrarem os joelhos diante do imperador e suas imagens, bem como ao se rebelarem contra a marca da besta, os cristãos questionam o poder que se auto-idolatrrou. Seu ato é um ato de fé; um ato profundamente político de quem olha para a Nova Jerusalém como dádiva divina, como cidade na qual Deus armará sua tenda em nosso meio para enxugar todas as lágrimas e derrotar definitivamente a morte. Por conseguinte, a mesma graça vale para Roma, Babilônia e todas as cidades marcadas pelas ambigüidades humanas. A graça, que vem de graça contra o mercado, não é dualista. Por isto, há salvação para as cidades, e também para aquelas que não se utilizam da linguagem religiosa para se referirem à graça divina. Assim interpreto a análise bíblica da tese doutoral de Schünemann.

Com a pergunta pelo que é teologicamente relevante para a pastoral, a tese segue na mesma perspectiva da abordagem bíblica resumida acima. Neste sentido, a teologia que orienta a ação pastoral é profundamente bíblica. E, como Schünemann fugiu do fundamentalismo ou da biscateação hermenêutica, sua reflexão enfrenta novas questões colocadas pelo processo de urbanização. Entre muitos temas, destacamos o individualismo; o pluralismo religioso; a ânsia por correr atrás de mercadorias; a competitividade; o estresse; a violência; a miséria; as angústias existenciais; o sem-sentido do trabalho; etc.

Portanto, a tese busca teologizar, com uma chave antropológica e política, as dimensões existenciais e sociais. Mais concretamente, ela busca propor uma avaliação do trabalho eclesial ainda bastante preso a estruturas paroquiais que prestam “serviços religiosos” a famílias associadas, questionando o ensimesmamento como valor de vivência da fé. Schünemann relembra que a teologia da graça, que

serve de apoio na vida pessoal, não pode se encerrar em si mesma e ignorar a miséria de milhões. As pessoas e estruturas tocadas pela graça rompem com o individualismo, com barreiras confessionais e muros sociais. A definição de pastoral urbana da tese de Schüneman declara isto peremptoriamente:

Pastoral urbana é a ação global de uma Igreja visando atingir pela proclamação do evangelho as pessoas e os seus espaços relacionais (economia, política, cultura, meio ambiente, etc.) com o objetivo de promover valores e princípios que se coadunam com a vontade de Deus expressa no projeto da Nova Jerusalém. (P. 236.)

Desta definição decorrem muitas pistas teológico-pastorais relevantes que visam a sugerir passos para atuação nos centros urbanos, onde deve ocorrer a encarnação do evangelho através da denúncia de antivalores em todas as dimensões e de propostas organizativas que concretizem os sinais do Reino. Também toma corpo aqui a proposta de um trabalho ecumênico, devido ao caráter abrangente das questões urbanas. Tampouco se ignoram as celebrações e a formação de quadros para atuarem na massa urbana.

6. Algo Novo debaixo do Sol

Não é necessário ser garimpeiro para encontrar pérolas na tese deste pastor da IECLB que faz teoria a partir da prática e confronta a prática eclesial com sistemas teóricos complexos. Por falar em pérolas, destaco duas dentre as muitas de seu texto. Penso que elas se constituem em pontos de referência de uma Igreja que está em trânsito entre um ser-Igreja particular (étnico-religioso) e um outro ser-Igreja, que vai se delineando numa perspectiva universal ao lidar e ao se inserir numa realidade profundamente marcada pelos conflitos sociais e pelo pluralismo religioso.

Uma das pérolas refere-se a uma entrevista (p. 130) feita por Schünemann com o antropólogo Otávio Velho, convertido ao luteranismo através de leituras das obras de Lutero. Otávio Velho, um dos grandes especialistas da antropologia no Brasil, chocou-se ao se deparar com a realidade de uma comunidade de fé que tem na redescoberta da graça a sua fundamental razão de ser. Destaco que este depoimento emblemático está sendo arrancado do contexto da reflexão onde Schünemann aborda questões relativas ao cativo étnico da IECLB, no Rio de Janeiro de uma determinada época. Transcrevo parte do depoimento de Velho:

(...) O que eu sinto é isso: existe uma defasagem entre a mensagem desta tradição de Lutero e o que se desenvolveu até hoje em termos de operacionalização, de atualização desta mensagem para o nosso contexto. Eu acho que isto não deve ser subestimado. Há muito que fazer em relação a isso. Na medida em que há essa desatualização, você tem, de um lado, o fenômeno do fechamento, mas também tem, de outro lado, o fenômeno de uma certa perda de identidade, como foi falado no caso do protestantismo em geral. Há uma certa confusão com outras tradições, inclusive cristãs, contra as quais nós não temos nada. Pode ser uma perda para o repositório comum de riquezas cristãs se nós deixarmos de atualizar a nossa tradição para

simplesmente nos entregarmos ao que foi feito e elaborado em outras tradições. Isso é o reverso da medalha do fechamento. Por um lado, você tem o fechamento e, de outro lado, a perda de identidade. Em relação às pessoas mais progressistas, no caso protestante em geral, há um problema de identidade muito grande e há uma espécie de entrega, por exemplo, à teologia da libertação sem nenhum esforço maior de elaboração própria. Qual a teologia da libertação protestante? Qual é a teologia da libertação luterana? Eu sinto que existe algum problema nesta simples adoção sem maiores críticas dessa teologia que foi elaborada em outro contexto. Sem querer radicalizar, no final de contas trata-se de Cristo e do evangelho, mas há vias diferentes e neste sentido a questão que foi colocada é muito importante. Há muito que fazer em termos de elaboração desta tradição para o nosso contexto. Eu acho que esta é a via média entre fechamento e a perda da identidade. Parece-me que com o luteranismo há uma certa dificuldade em relação a isso. A própria idéia de proselitismo é um palavão no contexto luterano. No entanto, há tanto que fazer. Realmente não em termos de disputar ovelhas com outras igrejas, mas de dar espaço a pessoas que estão precisando de um abrigo, de um lugar, e que não estão encontrando isso. Não há vão nenhum e só abrindo o espaço é que isto poder ser feito (...).

A segunda pérola está intrinsecamente relacionada à primeira pelo viés das conseqüências no campo da atuação na sociedade civil da ação eclesial, especialmente com os pobres e excluídos. Nesta perspectiva é possível destacar iniciativas de classes médias e dos excluídos que articulam projetos na esfera da produção e consumo. Ao lado da denúncia da opressão e da exclusão, e em lugar de um “denuncismo” inconseqüente, vai sendo gestada uma “economia popular solidária”. Pobres, classes médias e organismos não-governamentais articulam-se para enfrentar, organizativamente, os mecanismos de exclusão. As igrejas podem unir-se a esses atores sociais que estão forjando uma cidadania não restrita ao consumo. Em outras palavras, urge que façamos uma “teologia da prosperidade solidária”. Ressalte-se que esta expressão não se encontra no texto de Schünemann.

Concluimos com o “grito” justo de indignação do autor: “Ultimamente houve muito investimento para a formação de biblistas, historiadores/as e sistemáticos enquanto que a área pastoral se pulverizou em inúmeras especializações. Onde estão os grandes sistematizadores/as da prática pastoral?” (P. 247.) A tese de Schünemann claramente já é parte da resposta a esta pergunta!

Ainda assim, espera-se que outras pessoas ouçam esse grito e busquem analisar a realidade da Igreja local a fim de que possam fazer uma teologia que não se constitua em mera repetição de um passado importantíssimo e glorioso, mas que infelizmente quase sempre chega até nós de forma descontextualizada.

Oneide Bobsin
Escola Superior de Teologia
Caixa Postal 14
93001-970 São Leopoldo — RS